

Condsef/Fenadsef encaminha ao MGI decisão de assembleias da maioria do funcionalismo

Uma contraproposta aprovada em assembleias realizadas por entidades filiadas à Condsef/Fenadsef em todo o Brasil foi apresentada nessa sexta-feira, 19, ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). A contraproposta é uma resposta ao texto apresentado pelo MGI na 8ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPN).

O governo condiciona o pagamento dos benefícios a partir de maio desse ano a assinatura do termo de compromisso. As assembleias aprovaram a proposta no mérito, mas para buscar um consenso definitivo, que possa garantir o atendimento de mais de 1,2 milhão de servidores federais do Brasil, foram apontados ajustes ao texto. Em sua base, a Condsef/Fenadsef representa cerca de 80% dos servidores do Executivo Federal.

Equiparação de benefícios

Entre os ajustes está a inclusão de um parágrafo onde o governo se compromete a equiparar os benefícios entre os Três Poderes até o final de 2026. Essa é uma das pautas centrais da Campanha Salarial 2024.

Na proposta do governo, há o compromisso de instalação das mesas específicas e temporárias até julho deste ano. A contraproposta enviada pela Condsef/Fenadsef sugere que a cláusula garanta que os acordos incluam todos os servidores, ativos, aposentados e pensionistas. "Esse é um compromisso já afirmado pelo próprio MGI em diversas reuniões realizadas em mesas já instaladas, solicitamos apenas a sua formalização", pontua o secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva.



Correção de distorções salariais

Outro ponto de ajuste inclui o compromisso do governo em buscar, nas mesas temporárias e específicas, o princípio da correção das distorções salariais existentes no funcionalismo. Esse é, inclusive, um dos compromissos firmados pelo próprio governo Lula ainda durante campanha presidencial.

Nas cláusulas está também o compromisso da bancada sindical em exaurir todas as possibilidades de acordo no processo negocial, até sua conclusão. Outra cláusula pontua a necessidade de ao menos 1/3 da reestruturação de cada carreira ser aplicado ainda em 2024.

Fonte: Condsef

Ebserh apresenta índice de 2,15% para cláusulas econômicas e deixa categoria indignada

No último dia 18, a Ebserh apresentou um aos trabalhadores um índice de 2,15% para as cláusulas econômicas do ACT 2024/2025. Foram negadas outras reivindicações apresentadas à empresa e que avisam sido debatidas nas mesas de negociação com a empresa. A minuta da proposta será formalizada pela empresa e remetida para discussão nas assembleias por local de trabalho.

Os sindicatos irão realizar assembleias em suas bases e a Condsef/Fenadsef entregará à Empresa no dia 30 de abril a resposta da categoria.

Durante live da comissão dos empregados da Ebserh da Condsef/Fenadsef realizada na semana passada, a categoria demonstrou indignação deixando diversos comentários com participação ao vivo no chat. Se não assistiu, assista e compartilhe as informações nos hospitais. O índice está sendo classificado como vergonhoso e um "assédio econômico". Para se mobilizar nas redes sociais marque a Ebserh (@ebserh) e utilize a hashtag #AssédioEconômicoNÃO.

Na última rodada de negociações do ACT, a Ebserh informou que apresentaria uma pro-

posta de índice de 14,07%, mas a Sest não deu retorno sobre o percentual apresentado. Na semana passada a categoria realizou um dia de luta para trabalhadoras e trabalhadores da Ebserh em todo o Brasil. As assembleias devem debater um calendários de mobilizações para demonstrar a indignação com o índice apresentado. Um movimento de greve não está descartado.

Quem decide é quem participa. Participe das assembleias. Somos Ebserh. Somos SUS. Somos fortes!

Com informações repassadas pela Condsef.



Semana do Congresso pesa no orçamento da União; Governo tenta dialogar

Na semana que começa nesta segunda-feira (22), o Congresso Nacional deve avançar em assuntos que pesam nas contas do Executivo federal – e em um momento de tensão entre o governo Lula (PT) e as duas Casas do Legislativo.

Lula sinaliza que vai entrar pessoalmente na articulação. Na sexta-feira passada (19), o presidente disse a ministros que pretende se reunir com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No caso de Arthur Lira, há antipatia pública: o deputado diz que Alexandre Padilha, ministro de Lula e responsável pela relação do governo com os parlamentares, é “incompetente” e um “desafeto pessoal”.

O perigo, porém, vem dos dois lados. As duas casas do Congresso se debruçam nesta semana sobre assuntos com impacto no orçamento da União:

- Uma sessão conjunta do Congresso marcada para a próxima quarta-feira (24) analisa uma lista de vetos presidenciais. A perspectiva é desfavorável para o governo, que pode sofrer com a derrubada de vetos de Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares de comissão em 2024 e de textos como o PL das Saidinhas.
- A Câmara pode votar nesta semana o projeto sobre o Perse, programa de apoio ao setor de eventos criado na pandemia. Pelo relatório da deputada Renata Abreu (Podemos-SP), o programa pode custar até R\$ 15 bilhões para o governo nos próximos três anos.
- No Senado, o projeto que retoma o Seguro Obrigatório para Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT) pode já ir a plenário na quarta (24), depois de passar pela Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ). O texto favorece o governo. Foi incluído nele um trecho que antecipa um crédito de R\$ 15,7 bilhões para a administração federal ainda neste semestre, dinheiro que pode ser usado para o pagamento de emendas parlamentares.

- A PEC do Quinquênio, que estabelece um aumento de salário a cada cinco anos de trabalho para magistrados, pode começar a ser discutida no plenário do Senado. O Ministério da Fazenda estima uma perda de R\$ 42 bilhões, caso seja aprovado.

Há ainda expectativa nesta semana pela entrega dos projetos de regulamentação da reforma tributária. É incerto que sejam votados no Congresso neste ano, que será abreviado pelas eleições municipais.

Fonte: Congresso em Foco



ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO IFMA/CAMPUS IMPERATRIZ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2024

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários e convida os (as) demais servidores do IFMA - Campus Imperatriz, para participarem da Assembleia por local de Trabalho, no dia 24 de Abril de 2024, às 09:00h, no Auditório Conceição Alvarenga – Campus Imperatriz, sito à Avenida Newton Bello, s/nº - Imperatriz/MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes e; 2 – Mobilização da Categoria.

São Luís - MA, em 22 de Abril de 2024.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

